

Conversas com bancos começam nesta semana

por Roberto Baraldi
de São Paulo

Os boatos envolvendo a suposta suspensão das linhas de curto prazo estendidas ao Brasil pelo Midland Bank não foram levados em conta pelo embaixador Jório Dauster, assessor especial do governo para a negociação da dívida externa, tampouco abalaram sua expectativa de manter um diálogo produtivo com os principais bancos comerciais credores, na série de reuniões individuais que terá início nesta semana, em Brasília.

“Há, de fato, erosão das linhas comerciais de curto prazo já há bastante tempo, concentrada em bancos pequenos e médios. O Banco Central está atento e buscando alternativas, como operações de ‘commercial paper’, ‘export notes’ e alongamento de prazos”, disse Dauster, que inclui a criação do banco de financiamento do comércio exterior como um dos elementos do esforço para garantir a normalidade das exportações brasileiras.

A evasão dos bancos que estendem as linhas para financiamento de comércio exterior e operações interbancárias não é uma questão que preocupe demasiadamente o governo. “Estamos, inclusive, estudando a idéia de, no âmbito da negociação global com os credores, fazer com que essas linhas deixem de ser compulsórias”, acrescentou. Para ele, o financiamento do comércio exterior é um negócio bom, rentável e seguro para os bancos estrangeiros, que, inclusive, lhes fornece a oportunidade de obter novos clientes.

O embaixador Dauster, que na sexta-feira participou de debate na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, promovido pelo Conselho Regional de Economia, lembrou que os serviços das linhas de curto prazo, bem como do FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estão em dia. O problema reside em parte dos compromissos assumidos

com as agências governamentais reunidas no Clube de Paris (os juros atrasados somam US\$ 2 bilhões) e nas linhas de médio e longo prazo dos bancos privados, cujo serviço atrasado soma US\$ 5 bilhões. Dauster fez questão de frisar que, embora esteja em situação de fluxo negativo de recursos, isto é, saídas superiores aos ingressos, o Brasil pagou juros da ordem de US\$ 5 bilhões neste ano.

Na avaliação do embaixador, não há como honrar a totalidade dos compromissos com vencimento neste ano, da ordem de US\$ 17 bilhões. “Por isso, vamos trabalhar com a idéia de montar um cardápio variado de opções para os bancos, começando pela revisão técnica dos instrumentos adotados por outros países, como bônus, conversão, recompra e reempréstimo”, afirmou Dauster.

Para ele, a visita do subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, ao Brasil, não é uma missão de cobrança da dívida. O principal tema das conversas será a iniciativa do presidente George Bush de fortalecer as relações comerciais e econômicas em todo o continente.

AO SOM DO PRÓPRIO TAMBOR

O embaixador Dauster ponderou que não há atraso na negociação da dívida externa, porque o atual governo estabeleceu como prioridade o ajuste interno, para depois tratar do acerto externo. “O governo marcha ao som de seu próprio tambor”, disse ele. A negociação, ao contrário do que possa parecer aos críticos da postura do governo, interessa ao próprio País, pois o atraso do pagamento de juros é a pior forma de financiamento que existe, segundo o embaixador.

O fato é que o Brasil não tem como honrar os US\$ 7 bilhões que lhe são cobrados no momento, já que suas reservas cambiais estão na faixa de US\$ 8 bilhões. Uma crise cambial, de acordo com sua avaliação, precipitaria o Brasil na hiperinflação.